

A MALIGNIDADE DO PODER CONCENTRADO

(Especial para o "Correio do Povo")

Gustavo Corção

Preparam-se os homens do governo para celebrar o segundo aniversário da situação com uma forte campanha publicitária que utilizará, por longas horas, todos os canais de radiodifusão. Assim, na mesma quadra do ano em que se discute no parlamento o problema do uso desses canais, o governo toma a iniciativa do abuso. Sem a menor cerimônia, sem cuidar do que pensem ou digam os desfalcados, os homens do festejado governo, com uma tranquila insolência, usam os canais de radiodifusão como se fossem deles, incontestavelmente, os quilociclos e as ondas eletromagnéticas. E o curioso é que os mais ardentes militantes da oposição criticam o aspecto adjetivo da questão sem denunciar seus fundamentos. Assinalam as mentiras da propaganda oficial mas não salientam a usurpação; queixam-se da distribuição dos canais da TV, mas nessa mesma queixa empregam o termo doação, achando apenas que o sr. Juscelino deveria doar os referidos canais com melhor critério. Admitem, em suma, a monstruosidade do estado totalitário, para depois clamarem, indignados, que são monstruosos os atos dessa monstruosidade.

A propaganda oficial será mentirosa como sempre foi. Provavelmente dirão, com algarismos colhidos na COFAP, que o custo de vida desceu e que é abundante a água em Copacabana. Dirão que nesses dois anos o país viveu vinte graças aos supersônicos coeficientes usados pela Presidência da República. Anunciarão o adiantado em que se acham os palácios de Brasília. E certamente não deixarão de fazer algumas magoadas referências aos homens de má vontade que não se extasiaram diante das escolhas de embaixadores, dos assaltos aos distritos policiais e das arbitrariedades com que se pretende subtrair os crimes dos oficiais do exército aos rigores da justiça comum. A mentira será abundante e eloquente. Os assessores da Presidência já estarão folheando Camões ou Shakespeare para pregar babados literários no indumento da eloquência oficial. Tudo isto, entretanto, tem certa lógica. E' o mau funcionamento de uma coisa má. E' o resultado coerente de uma malignidade admitida nos fundamentos para ser reclamada, tarde demais, nas conseqüentes operações. E essa coisa má, que está na base de todos os maus corolários, é a concentração de poder; ou melhor, é a tolerância com que se admite a tendência irresistível à concentração cada vez maior.

No caso verídico, como já assinaléi mais de uma vez, o Estado aparece como dono, em primeira mão, dos canais de radiodifusão. Num país de oito milhões de quilômetros quadrados e sessenta milhões de habitantes, é um homem só que mexe e remexe nos canais da TV e dá a quem quer a cobiçada concessão. Ora, isto é horrível. Não sei se o leitor concorda comigo ou se já se habituou a pensar e a admitir tal absurdo. Para mim essa concentração de poder é repugnante. Sinto vergonha de estar submetido a tal regime e espero conservar até meus últimos instantes esse brio normal de cidadão democrata. Mas não é somente a sensibilidade ou a paixão que me levam a tomar tal posição: a tranquilidade, consultando a natureza das coisas, e inspirando-se nos mais sadios princípios, nos leva a concluir que só poderá haver progresso das estruturas políticas quando for vencido o Leviatã totalitário que subsiste, disfarçado nos países decorativamente democráticos. E uma das condições essenciais dessa realização é o esquema distributivista do poder. Creio que mais de uma

vez citei a frase de Bacon, transportada para esta crível: o poder é como o estreme; só é bom quando distribuído. Em outras épocas, graças à imaturidade ingenua dos povos, admitiram-se os reis absolutos. Admitiu-se a idéia abstrusa que Javé, no livro de Samuel, escarnece; pois em verdade só Deus é Rei. A Idade Média, a par de sua admirável unidade e de sua edificante piedade, foi um período histórico de grandes equívocos políticos. As nações pretendiam imitar a monarquia da Igreja, como se na ordem natural houvesse lugar, de direito divino, para realzaes e impérios. Através dos tempos, entre acertos e desacertos, a humanidade ganhou certa consciência da humana dignidade natural e conquistou uma dolorida e ainda frágil maioridade. Obscuramente, os povos advinhavam aquilo que os sábios formulam em termos pouco acessíveis: a moral natural não se estrutura do mesmo modo que a moral revelada. Na moral revelada ou teológica, o mandamento vem de Deus e o valor do ato é aferido pela obediência ao código de origem divina; mas na moral natural a bondade intrínseca do ato, fruto de penosa experiência, é o ponto de partida da humana ascensão. Deus está presente, mas escondido, inscrito na natureza das coisas, com o pseudônimo que os filósofos chamam de *bonum honestum*. De modo análogo, a estrutura natural da sociedade tem de diferir da estrutura sobrenatural da Igreja. Todo o poder vem de Deus (e não do povo como diz nossa constituição) mas pelo povo, pela humana e coletiva experiência se manifesta. Segue-se daí que será tanto melhor essa estrutura quanto maior for a participação política da multidão, e quanto maior for a dispersão do poder. Nenhum de nós hoje aguenta ler as páginas em que Bossuet, com tão bela eloquência celebra as virtudes do absolutismo. Custa-nos crer que aquilo não seja pura e simples subserviência. Dei-nos ver um homem de Igreja tão fascinado pelas pompas de uma ridícula realzae.

O poder precisa ser desprestigiado. Bernanos dizia: "il faut deshonor l'argent". Diremos nós que é preciso, se a tanto nos obrigam, ridicularizar os aparatos do poder. Aliás, honra lhes seja feita, nisto contamos com o precioso auxílio dos atuais homens de governo. Já muito pouca gente se pode gabar de ser vereador. Os que conheço de perto, todos têm vergonha de confessar publicamente que são vereadores. Tudo indica que o mesmo acontecerá para os outros grandes cargos da república. A glória deles é cada vez mais discutível. Quem poderá, dentro dos próximos cinquenta anos, tirar vaidade do fato de ser general, ministro ou presidente da república? Mas a vaidade tem muitos caminhos; se falece o puro garbo das honras, se se desmoraliza o trono ou a cadeira, se a glória de mandar se torna vã, sobram para as vaidades as prerrogativas e os privilégios. Sobra por exemplo o gosto de andar de automóvel a cem quilômetros com os silvos dos batedores como escolta. Sobra o gozo de distribuir o que não é seu. E por isso é indispensável que o militante democrata trabalhe incansavelmente nesta direção: distribuir o poder, reduzir as prerrogativas e as ocasiões de privilégios. Para que um presidente da república possa governar mais é preciso que tenha menos coisas em que se meta. A perfeição do governo está na medida da maior unidade e não da maior diversidade. E' preciso aliviar a autoridade da sobreposição de poder. No caso que aqui nos interessa é inteiramente absurdo atribuir à presidência da república a direta ingerência na

distribuição dos canais e na organização do Conselho Nacional de Telecomunicações, como pretende o autor do Código Brasileiro de Telecomunicações. Nesse ponto vou muito mais longe do que o sr. Prado Kelly, que lembra a necessidade de criar um Conselho Nacional de Radiodifusão composto de representantes de inúmeros grupos sociais, e independente da Presidência da República. Com o risco de parecer utópico, ou doido, acho que a presidência desse conselho, por dispositivo constitucional, devia ser dada aos grupos da oposição. Sim, senhores, à oposição. Não é razoável que num disputado pleito eleitoral uma facção política ganhe tudo e outra perca tudo. Mais razoável é dividir as atribuições, e enquanto um grupo governa o outro fiscaliza e critica. Dirão que assim é impossível governar; e eu responderei que realmente é impossível aquilo que eles entendem por governar. A consequência prática de tal arranjo, nos primeiros tempos de funcionamento, seria certamente um ambiente tormentoso e instável. A facção que hoje tem nas mãos os instrumentos de propaganda será amanhã governo, para logo perdê-lo pelo mesmo mecanismo. Essa oscilação tenderia a um equilíbrio, a um regime de maior cortesia entre os grupos, e a instabilidade, como a que se imputa aos regimes parlamentaristas, seria uma qualidade e não um defeito. Se os serviços públicos se desvencilhassem do poder central, se menor fosse o número de cargos demissíveis adunum pela Presidência, a instabilidade das facções políticas não perturbariam a ordem pública. Ao contrário, num regime superpresidencialista, como o nosso há um verdadeiro terremoto no país de cinco em cinco anos.

Querirão combater sob esse estandarte os senhores da oposição? Duvido. Com algumas exceções e por diversos motivos, entre os quais predomina a difundida mentalidade maquiavélica, que inculca uma verdadeira superstição do poder, os homens de oposição estão impregnados da mesma filosofia que norteia os homens da situação. Todos aspiram ao poder. Todos veneram as manifestações do poder. Explica-se a identidade de doutrina subjacente ou professada, pela identidade de tipo humano que abastece as classes dirigentes. A moral burguesa, fundada no culto do prestígio e na inflação do indivíduo, é ainda, apesar da devassagem histórica, a que predomina nas classes dirigentes. E' por isso que às facções adversárias se incriminam coisas adjetivas e secundárias sem tocar no fundamento que é comum. Todas as nações de nossos tempos que ostentam uma estrutura convencionalmente democrática vivem o mesmo drama, o mesmo paradoxo. Possuem uma força interna mal explicitada, uma espécie de tendência, de entropia, para as formas totalitárias que realizam a perfeição última do governo antinatural. A moral burguesa, no campo político, tende irresistivelmente para a forma tirânica. Na verdade, apesar de ter sido burguesa a reivindicação democrática dos tempos modernos, pela voz de um Rousseau ou de um Benjamin Franklin, há uma incompatibilidade profunda, radical, entre o que chamam de democracia os discípulos de Maritain e de Yves Simon e o espírito burguês. Há mesmo um abismo. Certas formas do socialismo, e do anarquismo, com todos os seus erros, estão mais próximas do ideal humano da democracia integral do que essa estrutura decorativamente e farisicamente democrática em que vivemos. E um dos sinais por onde se adivinha o regime é justamente o que aqui nos ocupa: será sinal de autêntica democracia a tendência difusiva dos centros de poder; será ao contrário sinal de falsificação a tendência à concentração. O Estado moderno sofre duas influências opostas. A primeira é um vento de liberdade e de crescimento dos povos que aumenta a consciência de participação política e de dignidade humana; a segunda é uma força de crispação, de medo, de volta às formas passadas; é uma espécie de instinto de morte que leva os povos a procurar em um presídio confortável, uma submissão bem remunerada, como a dos israelitas que no deserto da liberdade tinham saudades do chicote e da marmitta do farão.

O episódio da censura da radiodifusão é apenas um capítulo da longa e enfadonha história. A mim não me comovem os argumentos dos militantes da oposição. Nem me dão grandes esperanças de um Brasil melhor. Só sentirei os primeiros alvoroços quando perceber os primeiros sinais de uma mudança profunda de mentalidade, quando até ouvir os estalos multiplicados dessa prodigiosa conversão. Antes disso, estarei combatendo pela liberdade da radiodifusão, ou até pela reforma parlamentarista, ao lado dos melhores militantes da oposição; mas não consigo ocultar a enorme melancolia que me vem desse infecundo e quase desesperado trabalho.